

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	---	---

ESTUDO TÉCNICO 221¹:

Relatório de acompanhamento das notícias relativas ao reajuste dos Servidores Públicos Federais

09 de agosto de 2022

(finalização às 20h30 min do dia 09/08)

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para informar, como também, subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites relativos às sinalizações de reajuste para os Servidores Públicos Federais.

Relatório de acompanhamento das notícias relativas ao reajuste dos Servidores Públicos Federais

1 – Introdução

Esse relatório contém abaixo as principais informações divulgadas pela mídia em relação à questão do reajuste dos Servidores Públicos Federais e os cálculos referentes aos prováveis impactos financeiros das alternativas que estão sendo publicadas pela imprensa.

O principal objetivo desse relatório, na qual foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) é informar, como também, subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites relativos às sinalizações de reajuste para os Servidores Públicos Federais.

Cabe destacar que esse relatório é meramente informativo e não expressa a opinião das instituições responsáveis pela elaboração desse estudo.

No total, esse relatório traz 7 informações, nas quais foram obtidas em várias fontes, devidamente citadas ao final de cada informação, no período do início do ano (janeiro/2022) até o momento (9 de agosto de 2022).

2 – Informações sobre a possibilidade de reajuste para os Servidores Públicos Federais

Informação 01 – Orçamento de 2023 terá pelo menos R\$ 12 bi para reajuste salarial a servidor

Técnicos do Ministério da Economia trabalham com uma reserva para reajuste salarial na casa de R\$ 12 bilhões, de acordo com fontes do governo

Manoel Ventura
sex., 5 de agosto de 2022 7:32 AM

BRASÍLIA — A **proposta de Orçamento para 2023**, que será enviada pelo governo ao Congresso Nacional no dia 31 deste mês, **deverá prever um espaço para reajuste salarial de servidores públicos**, sem indicar percentuais de aumentos.

A reserva é uma forma de o governo Jair Bolsonaro sinalizar a intenção de aumentar os salários dos servidores, depois de os vencimentos ficarem congelados desde 2019. Neste momento, técnicos trabalham com uma reserva para reajuste salarial na casa de R\$ 12 bilhões, de acordo com fontes do governo.

O aumento de salário passou por muitas idas e vindas desde o fim do ano passado. O presidente chegou a prometer reajustar os salários apenas dos policiais federais, depois falou em aumentar para todos os funcionários públicos — no fim, ninguém teve aumento.

Saiba mais: [Servidores federais recorrem a senadores e deputados para tentar garantir recomposição salarial em 2023](#)

A equipe econômica defende a concessão de um aumento correspondente à inflação projetada para o ano que vem. O mercado projeta uma inflação de 5,33% para 2023, enquanto o governo trabalha com um percentual menor, de cerca de 4,5%.

Não é possível prever no Orçamento, porém, percentuais de reajustes e algo desse tipo só não deve ser enviado ao Congresso antes das eleições. A própria proposta orçamentária só deve ser votada após o pleito. O governo precisa enviar o Orçamento ao Congresso no fim deste mês por obrigação legal.

O reajuste salarial, porém, não é o único fator que pressiona a proposta orçamentária do próximo ano. Técnicos da equipe econômica trabalham para cumprir a ordem de Bolsonaro e colocar no Orçamento um nível de correção da tabela do Imposto de Renda das pessoas físicas.

A atualização da tabela do Imposto de Renda foi prometida, para o ano que vem, nos últimos dias por Bolsonaro, após ele ter feito o mesmo durante a campanha de 2018. Durante o seu mandato, porém, ele não cumpriu essa promessa.

A proposta orçamentária deve ser enviada ao Congresso prevendo um Auxílio Brasil de R\$ 400, já que a regra que estabelece esse benefício com um piso de R\$ 600 vale só até dezembro. Para não atrapalhar o discurso eleitoral de Bolsonaro, o texto deve trazer um indicativo de que o auxílio permaneceria em R\$ 600, desde que haja mudanças em regras posteriormente. Bolsonaro já prometeu a manutenção do auxílio nesse patamar no próximo ano, assim como seus principais adversários na corrida ao Palácio do Planalto, como o ex-presidente Lula.

O novo valor do Auxílio combinado com a entrada de mais 2,2 milhões de famílias faz a demanda total de recursos para o programa subir de R\$ 90 bilhões em 2022 para R\$ 160 bilhões no ano que vem, de acordo com cálculos usados por técnicos do governo.

Não há espaço no teto de gastos (regra que trava as despesas federais) para uma despesa desse tamanho sem comprometer investimentos e até o andamento da máquina pública, segundo integrantes do governo. Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal exigiria, nesse caso, uma compensação para tornar o benefício permanente. Nesse ponto, a equipe econômica não desistiu de cobrar imposto sobre dividendos (hoje isentos) como forma de compensar o gasto extra do Auxílio Brasil — algo que já foi proposto, mas está parado no Senado.

Entenda: [Novas regras para consignado já estão em vigor, inclusive para quem ganha Auxílio Brasil; entenda](#)

Há um outro desafio para o orçamento do próximo ano, embora isso não deva ser decidido na peça orçamentária a ser enviada no fim do mês. Está em vigor uma série de redução de tributos, como a desoneração dos impostos federais sobre os combustíveis (que estão zerados). Essas reduções valem apenas até dezembro e custarão R\$ 70 bilhões neste ano. Com não há nenhuma lei que estenda as desonerações para os próximos anos, o Orçamento deve prever a volta desses tributos.

Enquanto o Orçamento de 2023 está sendo fechado, o governo está cada vez mais otimista com as contas públicas neste ano. Numa conta considerada “conservadora”, a equipe econômica espera fechar este ano com superávit (receitas maiores que despesas) de R\$ 6 bilhões. Esse resultado é puxado por dividendos recordes de estatais, especialmente da Petrobras. A tendência, porém, é voltar a um déficit em 2023.

Fonte: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/servidor-publico/orcamento-de-2023-tera-pelo-menos-12-bi-para-reajuste-salarial-servidor-25551874.html>

Informação 02 – O STF avalia reajuste para magistrados, e salário de ministros pode ir a R\$ 46 mil

9.ago.2022 às 10h41

STF avalia reajuste para magistrados, e salário de ministros pode ir a R\$ 46 mil

Integrantes do Supremo ganham teto do funcionalismo; vencimento aumentaria 18% até 2024

Fonte: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/stf-avalia-reajuste-para-magistrados-e-pode-elevar-salario-de-ministros-a-r-46-mil.shtml?pwgt=l3hplxmfq7o0li3sftqz10bbdr1bajxsrlon271h8ppj5z6&utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwagi_ft (acesso para assinantes)

Informação 03 – Plano de governo de Bolsonaro prevê reajuste a servidores públicos

No documento, intitulado "Caminho da Prosperidade – Construindo uma Grande Nação", presidente também promete correção da tabela do IR

08/08/2022 19:58,atualizado 08/08/2022 21:55 - Hugo Barreto/Metrópoles

O presidente Jair Bolsonaro vai sinalizar, no plano de governo que apresentará nos próximos dias, a concessão de reajuste salarial aos servidores públicos. Em minuta à qual a coluna teve acesso, ele também promete “insistir” na correção da tabela do Imposto de Renda, nas reformas estruturantes e no incentivo à mineração.

Intitulado “*Caminho da Prosperidade – Construindo uma Grande Nação*“, o documento diz que “o aperfeiçoamento dos seus planos de cargos e salários será um dos meios de incentivar o servidor”, assim como o a realização de “promoções por mérito, fruto de avaliações que incentivem o cumprimento de metas”.

Bolsonaro havia prometido reajuste salarial a algumas categorias do funcionalismo ainda este ano, principalmente aos policiais. O presidente, no entanto, foi convencido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de que não havia recursos suficientes no Orçamento de 2022 para isso.

Imposto de Renda

Sobre o Imposto de Renda, o plano de governo de Bolsonaro diz que, se reeleito, ele “continuará perseguindo” a correção de 31% da tabela do IR para Pessoas Físicas, elevando a isenção para “todos os trabalhadores celetistas que recebessem até R\$ 2,5 mil mensais”.

Esse valor consta em projeto enviado pelo governo ao Congresso e que já foi aprovado pela Câmara, mas empacou no Senado. O montante, porém, é menor do que o prometido por Bolsonaro na eleição de 2018, quando ele prometeu isenção para quem ganhava até cinco salários mínimos por mês (R\$ 4,7 mil à época).

Reformas

No plano, Bolsonaro diz que, se reeleito, “continuará a implementar as mudanças e reformas estruturantes”. Segundo o documento, elas só não teriam sido “mais abrangentes” no primeiro governo em razão da pandemia da Covid-19 e da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Dentre as reformas, o documento cita mudanças para simplificar a legislação e redução da carga tributária, sobretudo da tributação de “empresas nacionais” e dos impostos de importação, e para “facilitar as contratações, desburocratizar e desregular as normas para favorecer a criação de empresas e o empreendedorismo”.

Mineração

Na minuta, Bolsonaro diz que a mineração é “indispensável ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil” e que, em seu eventual novo governo, a atividade “deve ser estimulada para que se atinja o desejado desenvolvimento socioeconômico e a proteção do patrimônio ambiental, binômio que representa o desenvolvimento sustentável”.

Fonte: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/plano-de-governo-de-bolsonaro-preve-reajuste-a-servidores-publicos>

Informação 04 – Projeto prevê reajuste de 13,5% em agosto para os servidores do TCU

Projeto prevê reajuste de 13,5% em agosto para os servidores do TCU

24/06/2022 - 13:15

O Projeto de Lei 1392/22, do Tribunal de Contas da União (TCU), prevê reajuste de 13,5% a partir de agosto de 2022 nos vencimentos básicos da carreira e nos cargos em comissão do órgão. O texto está em análise na Câmara dos Deputados.

A proposta altera a [Lei 10.356/01](#), que trata do quadro de pessoal e do plano de carreira do TCU. Para o auditor federal de controle externo, o valor máximo do vencimento básico passará dos atuais R\$ 10.594,62 para R\$ 12.024,89 na jornada normal. No caso de 30 horas semanais, de R\$ 7.945,96 para R\$ 9.018,67.

“Considerando a necessidade de atrair e, sobretudo, manter no TCU profissionais de alto nível de qualificação técnica e comprometimento, é preciso valorizar os servidores sob todos os aspectos, inclusive com remunerações compatíveis com o desempenho e a complexidade das atividades”, afirmou a presidente do TCU, ministra Ana Arraes. Ela lembrou ainda os recentes aumentos na inflação.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

- [Saiba mais sobre a tramitação de projetos de lei](#)

Reportagem – Ralph Machado - Edição – Natalia Doederlein

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/890293-projeto-preve-reajuste-de-135-em-agosto-para-os-servidores-do-tcu/>)

Informação 05 – Reajuste de 5% a funcionalismo custaria até R\$ 20 bi a mais por ano, aponta cálculo do IFI

Por: Maeli Prado - Janeiro 4, 2022 -10:44

Se o governo ceder às pressões dos servidores públicos e conceder um reajuste de 5% nos salários, como já foi cogitado pelo presidente Jair Bolsonaro, serão criados até R\$ 20 bilhões a mais em gastos permanentes por ano. É o que mostra cálculo do diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente do Senado), Felipe Salto.

De acordo com ele, a cada 1 ponto percentual de reajuste nos salários, a despesa federal se eleva entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões anualmente. Essa possibilidade preocupa o mercado financeiro e afeta os preços dos ativos negociados, elevando os juros futuros e pressionando ainda mais o dólar.

Em junho de 2021, Bolsonaro já havia pedido a Guedes um aumento de 5% para os servidores, mas a falta de espaço no Orçamento tinha tirado essa possibilidade da mesa. Entretanto, ao conceder um reajuste de R\$ 1,7 bilhão somente aos policiais federais, outras categorias, como os auditores fiscais, reagiram.

Essas mobilizações de servidores podem inclusive atrapalhar o comércio exterior. A Receita Federal já adotou operação-padrão em aeroportos e outras alfândegas como forma de pressão sobre o governo. Além disso, na segunda-feira, 3, o Sinal (sindicato dos funcionários do Banco Central) também convocou a categoria a entregar cargos comissionados como forma de pressionar o governo.

O temor é que, se o governo abrir exceções aqui e ali, acabe tendo que conceder reajustes a todo o funcionalismo, comprometendo ainda mais as contas públicas daqui para a frente. Os gastos com a categoria são a terceira maior despesa da União. Totalizaram R\$ 346 bilhões nos últimos 12 meses terminados em novembro, de acordo com dados do Tesouro Nacional.

Reajuste automático

Independentemente de reajustes salariais, a União já gasta mais de R\$ 1 bilhão por ano somente com aumentos concedidos de forma automática aos servidores como forma de promoção.

Essa progressão automática, como é conhecida, funciona assim: cada uma das mais de 300 carreiras do funcionalismo tem um determinado número de etapas anuais a serem cumpridas antes que o servidor federal chegue ao topo. Anualmente, todos os servidores são promovidos à próxima etapa, até alcançarem esse ponto máximo de suas carreiras.

Por que isso mexe com o mercado?

A pressão do funcionalismo acirra os temores de que o descontrole fiscal se intensifique em 2022, após o governo Bolsonaro alterar, no final do ano passado, a regra do teto de gastos (mecanismo que limita as despesas à inflação do ano anterior) para acomodar mais despesas em ano eleitoral.

Declarações feitas pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, de que o governo deveria rever o teto de gastos, também vem repercutindo no mercado. “Teremos que rediscutir esse assunto porque o excesso de arrecadação é muito grande e a necessidade do governo é muito grande também”, disse ele ao *Valor*.

Nesse cenário, investidores pedem juros cada vez mais elevados para investir nos títulos públicos do governo, o que tende a retrair o consumo e refrear a atividade econômica. A tendência é alta de juros, câmbio mais desvalorizado, pressão sobre a inflação e menos emprego no futuro.

Fonte: <https://trademap.com.br/agencia/brasil/reajuste-de-5-a-funcionalismo-custaria-ate-r-20-bi-a-mais-por-ano-aponta-calculo-do-ifi>

Informação 06 – Governo faz consulta sobre impacto do reajuste dos servidores federais

No Executivo, o custo da correção linear de 5% deve ficar na ordem de R\$ 6,3 bilhões neste ano

17/05/2022 08:38 – Fábio Graner e Felipe Recondo

A novela do reajuste dos servidores federais parece estar próxima de se encerrar. A Casa Civil enviou recentemente ofício aos demais Poderes consultando sobre o interesse na “revisão geral” de 5% do salário de seus servidores.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, formalizou seu apoio à medida e informou, em resposta ao governo, que o impacto em todo o Judiciário seria de R\$ 827,9 milhões neste ano, considerando a vigência a partir de julho — sendo R\$ 326,7 milhões só na Justiça do Trabalho. Em nota divulgada na última quarta-feira (11/5), Fux disse que “se manifestou de acordo com a medida proposta ao Poder Judiciário, uma vez que a revisão linear atingiria todos os poderes, Executivo, Legislativo, Judiciário, além do Ministério Público”. (*Leia a íntegra da nota ao final da reportagem*)

No Executivo, o custo do reajuste linear de 5% deve ficar na ordem de R\$ 6,3 bilhões neste ano, dobrando em 12 meses. No Legislativo, o impacto é de R\$ 258 milhões este ano e o dobro desse valor no ano que vem, segundo estimativa do governo.

A medida exigirá corte de despesas em outras áreas. O governo tinha uma reserva de R\$ 1,7 bilhão para reajustes. Não se sabe se ela será usada para isso ou se para fazer algumas bondades adicionais para policiais e Receita Federal.

Fonte do governo disse ao **JOTA** que a tendência no momento é que seja enviado projeto apenas com a “revisão geral” de 5% este ano. Esse mesmo interlocutor reconhece que ainda há risco de propostas para setores específicos, como polícias e Receita Federal, avançarem.

Leia a íntegra da nota no ministro Luiz Fux:

“O presidente do STF, Ministro Luiz Fux, recebeu ofício da Casa Civil nesta segunda (9), com pedido de resposta para o mesmo dia, informando do interesse do presidente da República, no exercício de sua competência exclusiva, em conceder reajuste salarial geral em toda administração pública federal, no percentual de 5%, a chamada Revisão Geral Anual.

O Ministro Fux se manifestou de acordo com a medida proposta ao Poder Judiciário, uma vez que a revisão linear atingiria todos os poderes, Executivo, Legislativo, Judiciário, além do Ministério Público.

Em se tratando de revisão geral, o Poder Judiciário seria apenas contemplado em uma lei federal do Poder Executivo, sem necessidade de envio de proposta própria, conforme precedentes.

Conforme consulta feita às áreas técnicas, há possibilidade de concessão dos valores por meio da realocação de recursos no STF e em outros tribunais do Poder Judiciário, sem necessidade de aumento do orçamento corrente, sendo certo que a referida proposta ainda depende de lei própria do Poder Executivo.

O Ministro Fux deu ciência aos demais ministros do STF sobre os fatos nesta quarta-feira (11), possibilitando que se manifestem a respeito do tema”.

Este conteúdo integra a cobertura do JOTA PRO PODER e foi distribuído antes com exclusividade para assinantes PRO. **Conheça!**

Fonte: <https://www.jota.info/justica/governo-faz-consulta-sobre-reajuste-de-5-judiciario-diz-que-impacto-e-de-r-8279-mi-17052022>

Informação 07 – IFI: Cada 1% de reajuste linear a servidores custa entre R\$ 3 bi e R\$ 4 bi por ano

No Executivo, o custo da correção linear de 5% deve ficar na ordem de R\$ 6,3 bilhões neste ano

Estadão Conteúdo - 04/01/22 - 21h03

Um reajuste salarial linear de 1% para todos os servidores federais custa de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões por ano, nos cálculos do diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Felipe Salto. Nesse caso, um aumento de 5% para o funcionalismo, como sugeriu o presidente Jair Bolsonaro no meio do ano passado, custaria entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões aos cofres públicos por ano, conforme antecipou o **Broadcast/Estadão** em junho.

Após o governo atender apenas a reivindicação por aumento dos policiais, base de apoio de Bolsonaro, com previsão de R\$ 1,7 bilhão no Orçamento de 2022, diversas categorias do funcionalismo federal têm se mobilizado e pressionado por reajuste.

Na Receita Federal, o Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) estima que 1.237 auditores, de um total de 7.500, já haviam entregado os cargos até ontem, em protesto contra o governo.

No Banco Central, o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) informou que 1.200 funcionários sem cargos comissionados ou previstos para substituição já aderiram ao movimento – mais de um terço do total de servidores na ativa (3.500) -, se comprometendo a não assumir funções de comissão.

Ontem, como mostrou o Broadcast no dia 29 de dezembro, começou a rodar dentro do órgão outra lista virtual para entrega de cargos comissionados e comprometimento dos substitutos de não assumirem as funções – cerca de 1.000 funcionários (500 em cargos de chefia e outros 500 substitutos), segundo o sindicato. A entidade prevê divulgar um balanço com as adesões até o fim desta semana.

Está ainda prevista uma paralisação nacional no dia 18, organizada pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que reúne 37 entidades associativas e sindicais, representando cerca de 200 mil servidores públicos.

A paralisação faz parte de um calendário de mobilização aprovado em reunião no dia 29 de dezembro. Se não houver resposta pelo governo, a categoria planeja outras mobilizações nos dias 25 e 26 de janeiro. O calendário fecha na primeira semana de fevereiro, quando o Fonacate quer realizar novas assembleias para deliberar sobre uma greve geral.

Fonte: <https://www.istoedinheiro.com.br/ifi-cada-1-de-reajuste-linear-a-servidores-custa-entre-r-3-bi-e-r-4-bi-por-ano/>